

CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO E DE LANÇAMENTO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA REGIONAL DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Ponta Delgada, 11 de dezembro de 2017

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Quero começar por agradecer a vossa presença neste momento de apresentação e início da consulta pública desta proposta de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

A primeira ideia que gostaria de partilhar convosco é um desafio à participação de todos quantos quiserem pronunciar-se sobre esta Estratégia para que se possa alcançar um objetivo muito simples: que esta deixe de ser a estratégia do Governo para passar a ser a estratégia da Região.

Daí o desafio a todos - entidades públicas e entidades privadas - para que, efetivamente, vejam neste documento uma oportunidade, não apenas para se pronunciarem sobre esta temática, mas para serem parte neste combate para vencermos este desafio.

A segunda ideia que gostaria de partilhar convosco tem a ver com as intervenções que me antecederam, com tudo aquilo que aqui foi dito e com a consciência de que em alguns de vós poderá surgir a ideia: por que razão é que estamos todos aqui numa situação em que a Região tem elevados índices de pobreza?

A resposta é simples. Exatamente por causa disso. Exatamente por esses dados. Exatamente por entendermos que temos que pegar neste assunto de frente.

É necessário termos a consciência de que este não é um problema apenas do Governo. O Governo tem, naturalmente, a responsabilidade de dar este impulso e de incentivar a forma como podemos vencer e ultrapassar este desafio, mas este é um problema e um desafio de todos nós. É um desafio em que a participação de todos será exatamente a forma ideal para podermos vencer este desafio.

Por isso, deixo aqui também este apelo para que, no final deste processo, esta possa ser uma proposta perfilhada, adotada e assumida, não apenas pelo Governo, mas por autarquias locais, por instituições particulares de solidariedade social, por todos aqueles que respondem presente a este combate e a esta oportunidade histórica de termos este tipo de abordagem a um assunto verdadeiramente estrutural, verdadeiramente desafiante para o nosso futuro como Povo, e para o nosso futuro como Região.

Mas gostaria de partilhar convosco um pouco mais das motivações políticas que enformam esta posição que o Governo tomou de ter esta abordagem, de suscitar este

problema, de mexer neste assunto. Esta motivação política resume-se a uma expressão e a uma frase muito simples: não deixar ninguém para trás.

Fazemo-lo agora porque, à medida que se vão consolidando os sinais de uma recuperação económica e social da nossa Região, com o crescimento económico, com a diminuição acentuadíssima da taxa de desemprego, com a capacidade da nossa economia de criar mais emprego e gerar mais riqueza, este é o momento de também dizermos que não deixámos ninguém para trás e olharmos para aqueles que, por muitos fatores, não têm condições para acompanhar este trajeto.

Por isso, esta ideia de não deixar ninguém para trás é, desde logo, um dos alicerces desta abordagem e desta decisão política. Naquilo que esta ideia tem de lucidez quanto a esta realidade e consciência de que nem todos têm condições para acompanhar este trajeto de recuperação, mas também de inconformismo e de exigência. De inconformismo quanto a esta situação, quanto à forma como encaramos esta realidade.

Nós sabemos os resultados que temos a alcançar, nós sabemos a recuperação económica e social que foi possível realizar ao longo dos últimos anos, mas também sabemos, e esta estratégia e o diagnóstico que a antecedeu, também, torna muito claro a lucidez de reconhecermos que há áreas e casos em que isso ainda não aconteceu ou não aconteceu com a abrangência e a amplitude desejada e necessária.

Não deixar ninguém para trás é, também, o objetivo e a ambição deste passo que agora damos, porque efetivamente temos a consciência de que é necessária uma intervenção, um impulso que possa dar a todos, consoante as suas necessidades, as ferramentas para construir o seu futuro e, por essa via, contribuir para a construção do nosso futuro coletivo.

O que esta estratégia faz e aquilo que eu faço hoje aqui, no fundo, é dizer que acredito que todos os Açorianos têm essa capacidade de serem parte na construção do nosso futuro coletivo, mas também assumo a responsabilidade, como Presidente do Governo – e, por meu intermédio, vinculo todo o Governo a essa responsabilidade -, quanto ao facto de criarmos as condições para que todos possam, realizando-se a si próprios, ajudar a realizar o nosso futuro coletivo.

Naquilo que esta estratégia tem de componente estrutural, há algo que ela não é. Ela não é, nem pretende ser, uma compilação de apoios sociais, não pretende, nem pode ser, nem queremos que ela seja, um somatório de medidas do aumento do complemento regional de pensão, da criação do lar, da instalação do ATL.

O objetivo desta Estratégia é mais amplo, mais ambicioso do que apenas esta componente. Ela é mais profunda e a sua abrangência bem mais estrutural do que apenas uma componente conjuntural.

Por isso, quem quiser contrapor a esta Estratégia: “bom, mas então aumente-se o complemento regional de pensão”, não está a acompanhar aquilo de que trata esta

Estratégia. Quem disser: “mas então, para lutar contra a pobreza, crie-se mais habitação social”, não está a perceber do que trata esta Estratégia.

A abordagem a este assunto não foi feita apenas na perspectiva da Solidariedade Social. Por isso é que temos aqui o Vice-Presidente do Governo, que tem a tutela da área da Competitividade Empresarial e do Emprego, o Secretário Regional da Educação e Cultura, o Secretário Regional da Saúde, o Secretário Regional que tem a tutela da área da Juventude, representando eu o conjunto de todo o Governo, que está, desta forma, vinculado e comprometido com esta estratégia.

Naquilo que tem de estrutural, há a necessidade de termos consciência de que isso se traduz numa grande responsabilidade para aqueles que concretizam ou vão concretizar esta Estratégia, mas também uma grande responsabilidade para aqueles que dela vão beneficiar.

Para aqueles que vão concretizar esta Estratégia, a pior coisa que pode acontecer é acharem que realizamos os seus objetivos com a criação da medida que se destina apenas ao aumento do complemento, à instalação do ATL, à criação do lar ou outras medidas do género. Não é verdade, é mais profundo, como terão oportunidade de ver - ou já tiveram - ao ler a Estratégia e os seus objetivos.

Mas esta é, também, uma responsabilidade para aqueles que vão beneficiar desta Estratégia, porque não se pode cair na situação em que se bastem exatamente com esse tipo de medidas. Portanto, a partir do momento em que ela passar a estar consolidada no seu entendimento, há aqui uma relação umbilical, digamos assim, e de responsabilidade entre aqueles que vão por em prática esta Estratégia e aqueles que dela vão beneficiar.

Aqueles que a vão concretizar têm, para além desta responsabilidade direta, a responsabilidade acrescida de criar as condições para evitar que os que dela beneficiam se bastem apenas com aquilo de mais conjuntural, mais imediatista, no fundo, mais simbolizado no apoio social se pode traduzir.

Há um conjunto de áreas que são convocadas para esta intervenção. Uma delas é a Educação, o que explica por que razão é que estamos aqui, ou seja, por que razão é que o espaço escolhido para apresentação desta Estratégia é uma escola. Exatamente para simbolizar, por um lado, esta componente e a importância que a Educação tem para a concretização desses objetivos, mas também para dar nota de que esta é uma aposta a longo prazo.

Foi aqui salientado por um dos oradores que me antecederam, e pelo próprio horizonte temporal da Estratégia, que este não é um documento, não é um processo, nem esta é uma medida que, daqui a dois ou a três anos, possamos dizer que o assunto está resolvido.

Se algum dos decisores políticos entrar neste processo com esta convicção, está a prestar um mau serviço. Se alguma das instituições, se algum dos parceiros entrar neste processo com a expectativa de que, daqui a dois anos, podemos dizer que resolvemos o problema da pobreza nos Açores, está a prestar um mau serviço.

A questão não tem a ver com a capacidade ou a incapacidade. A questão tem a ver com a dimensão e a complexidade deste desafio com que estamos confrontados e ter a lucidez de reconhecer que este não é um 'sprint', é uma maratona. Passa por aí, no fundo, termos também todos as condições para podermos ultrapassar e vencer este desafio.

Por razões que são conhecidas de todos, do ponto de vista político, não é algo que este Governo com o seu mandato ou eu próprio, como Presidente do Governo, eventualmente possamos dizer que conseguimos.

Esta é uma aposta de longo prazo, esta é uma aposta que pretende transformar do ponto de vista estrutural as condições que os Açores têm para combater este tipo de fenómenos.

Este aspeto é fundamental para a compreensão daquilo que estamos aqui a fazer, daquilo que aqui estamos a apresentar e, sobretudo, daquilo que vamos enfrentar e com que temos, necessariamente, de lidar e vencer.

Resta-nos sempre a consolação do ditado - não sei se chinês, se japonês - de que uma caminhada de muitos quilómetros começa sempre com o primeiro passo. É exatamente isso que estamos a fazer aqui. Nesta componente estrutural e de verdadeira transformação, estamos a dar um primeiro passo.

O apelo que deixo a todos aqueles que aqui estão e a todos aqueles que, por vosso intermédio, podem ser mobilizados para este combate é que adiram e que engrossem as fileiras deste combate.

Ele tornar-se-á mais fácil de vencer e mais fácil de ultrapassar se conseguirmos forjar uma verdadeira parceria de combate à pobreza e à exclusão social.

Este pode ser um bom pretexto. Da nossa parte, da parte do Governo: vamos a isso!

Muito obrigado.